



Credifit
Sociedade de
Crédito
Direto S.A.

Demonstrações financeiras Período de 04 de novembro de 2020 (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2020



Conteúdo:

Relatório da Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

QUADRO I - Balanço patrimonial

QUADRO II - Demonstração do resultado

QUADRO III - Demonstração dos resultados abrangentes

QUADRO IV - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

QUADRO V - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



Relatório da administração

A Credifit iniciou suas atividades em 04 de novembro de 2020 com um propósito de oferecer uma nova experiência na oferta de crédito ao mercado, especialmente no segmento de crédito consignado privado.

A tecnologia e a inovação estão mudando a forma como as pessoas se relacionam com as empresas. No segmento bancário, as “fintechs” têm sido responsáveis por movimentos disruptivos, seja na administração de finanças e acesso a crédito, seja em relação à gestão de ativos e realização de investimentos.

A tendência é de aumentar, também, a concorrência no Sistema Financeiro Nacional. Com isso, os custos de empréstimos e outros serviços para clientes desse segmento devem diminuir e uma parcela maior da população poderá ter acesso a serviços financeiros, como empréstimos, seguros, investimentos e meios de pagamento.

Neste contexto, tivemos interesse em participar desta mudança e, com a criação pelo Banco Central do Brasil (Bacen) da figura da Sociedade de Crédito Direto (SCD), entendemos que era a figura ideal para auxiliarmos na melhoria do Sistema Financeiro Nacional.

Obtivemos a autorização de funcionamento pelo BACEN em 28 de setembro de 2020, após 11 meses da protocolização do pleito.

Na Credifit SCD, o ano de 2020 foi marcado por esforços intensos no desenvolvimento de nossa plataforma de negócios, que permitiram a realização de transações e testes. O processo de melhoria contínua faz parte da nossa cultura empresarial, e sabemos que 2021 será um ano importante para muitas melhorias em nosso negócio.

Com a maturação de nossos esforços tecnológicos, acreditamos que no ano de 2021 será o ano de aumentar o volume de nossas operações, sempre focando no apoio aos nossos clientes.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Credifit Sociedade de Crédito Direto S.A.
Salvador – BA**

Opinião.

Examinamos as demonstrações financeiras da Credifit Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 04 de novembro de 2020 (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 04 de novembro de 2020 (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma,



aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 24 de fevereiro de 2021

Alberto da Silveira Lima
Contador
CRC-BA 9.031

SANTANA & SOUSA
Auditores Independentes
CRC-BA - 612



QUADRO I

CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2020
Circulante			Circulante		
Disponibilidades	3		Outras obrigações	4	
Caixa e equivalentes de caixa		<u>1.643</u>	Fiscais e previdenciárias		<u>15</u>
Total do ativo circulante		<u>1.643</u>	Total do passivo circulante		<u>15</u>
			Patrimônio líquido	5	
			Capital social:		
			De domiciliados no país		1.600
			Reserva de lucros	5.1	<u>28</u>
			Total do patrimônio líquido		<u>1.628</u>
Total do ativo		<u>1.643</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.643</u>

(As notas explicativas são parte integrantes às demonstrações financeiras.)



QUADRO II

CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Demonstração do Resultado do Exercício

**Período de 04 de novembro de 2020 (data de início das operações) a
31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais

	Nota	<u>31/12/2020</u>
Receitas da intermediação financeira		
Receitas com operações de crédito	6	<u>37</u>
		<u>37</u>
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>37</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais		
Receitas de Prestação de Serviços - TAC	7	20
Despesa de pessoal	8	-4
Outras despesas administrativas	9	-10
Tributárias	10	<u>-6</u>
		<u>0</u>
Resultado operacional		<u>37</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>37</u>
Imposto de Renda sobre o Lucro	11	-6
Contribuição Social sobre o Lucro	11	<u>-3</u>
Imposto de renda e Contribuição Social		<u>-9</u>
Lucro do período		<u>28</u>
Lucro por ação (em reais 1,00)		<u>0,02</u>

(As notas explicativas são parte integrantes às demonstrações financeiras.)



QUADRO III

CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Demonstração dos Resultados Abrangentes

**Período de 04 de novembro de 2020 (data de início das operações) a
31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais

	<u>31/12/2020</u>
Lucro do período	28
Outros resultados abrangentes	<u>0</u>
Total do resultado abrangente do período	<u><u>28</u></u>

(As notas explicativas são parte integrantes às demonstrações financeiras.)



QUADRO IV

CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Período de 04 de novembro de 2020 (data de início das operações) a

31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

	Nota	Capital social Realizado	Reservas de lucros		Resultados acumulados	Total
			Reserva Legal	Reservas especiais de lucro		
Saldos em 04 de novembro de 2020		0	0	0	0	0
Aporte de capital	5	1.600	0	0	0	1.600
Constituição de reserva	5.1	0	2	26	-28	0
Lucro do período		0	0	0	28	28
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.600	2	26	0	1.628

(As notas explicativas são parte integrantes às demonstrações financeiras.)



QUADRO V

CREDIFIT SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A

Demonstração dos Fluxos de Caixa

**Período de 04 de novembro de 2020 (data de início das operações) a
31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro do período		28
Variações das contas passivas:		
Outras Obrigações - fiscais e previdenciárias	4	<u>15</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>43</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Aporte de capital dos acionistas	5	<u>1.600</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>1.600</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos		<u><u>1.643</u></u>
Representado por:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		0
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	<u>1.643</u>
		<u><u>1.643</u></u>

(As notas explicativas são parte integrantes às demonstrações financeiras.)



Notas explicativas às demonstrações financeiras do período de 04 de novembro de 2020 (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Credifit Sociedade de Créditos Direto S.A (“Sociedade”) fundada em 30 de setembro de 2019, é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme publicado no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2020. A sociedade está sediada no município de Salvador, estado da Bahia, e foi registrada na Receita Federal do Brasil em 04 de novembro de 2020.

Tem por objeto social a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; a análise de crédito para terceiros; a cobrança de crédito de terceiros; a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); e a emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.656/2018, de 25 de abril de 2018, do Banco Central do Brasil (BACEN).

2. Apresentação das demonstrações e resumo das práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis nas circunstâncias, a lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976 e as normas e instruções do BACEN. São apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê e Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27 e 33 (R1)).

A administração avaliou a capacidade da Sociedade em iniciar e continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de iniciar e continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis de Sociedade foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade e foram aprovadas em 31 de janeiro de 2021.

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens apresentados nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais – R\$ –, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.



b) Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de diversas estimativas contábeis e o julgamento da Administração, que afeta a aplicação das políticas contábeis e o valor reportado dos ativos, passivos, receita e despesas.

No caso específico destas demonstrações financeiras, o principal julgamento é quanto ao efetivo recebimento dos valores registrados na forma de Operações de Crédito.

Apesar dos esforços da administração de revisar de maneira periódica e tempestiva suas estimativas, a liquidação final de transações baseadas nessas estimativas poderá ocorrer em valores diferentes dos inicialmente apontados.

c) Descrição das práticas contábeis

c.1) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, e depósitos bancários. Sua composição é apresentada na nota explicativa nº 3.

c.2) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes só devem ser registrados quando líquidos e certos e os passivos contingentes quando for provável uma estimativa de perdas. Não há no momento ativos e passivos contingentes em qualquer situação envolvendo a Companhia.

c.3) Apuração de resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência

d) Operações de Crédito

A carteira de crédito da Credifit SCD, são em sua totalidade de operações de crédito, demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados nos contratos celebrados entre a Credifit SCD e os seus clientes, calculados pro rata dia até a data do balanço.

d.1) *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

A Administração atende, quando necessária, a regra exposta na Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999, e suas alterações, do Banco Central do Brasil (BACEN), onde determina os ratings dos contratos e as metodologias de reconhecimento de provisão para perda.

Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

A Credifit SCD, quando devido, reconhece a baixa para prejuízo das operações com mais de 180 vencidas para todas as operações de crédito realizadas.



As operações de crédito baixadas para prejuízo, quando devidas, serão mantidas durante 5 anos em conta de compensação até que todos meios possíveis de cobrança sejam realizados e forem esgotados.

Todas as provisões de créditos são fundamentadas pela avaliação de risco realizada pela Administração em conformidade com o estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

e) Receitas, despesas operacionais e custos financeiros

e.1) Receitas:

A Credifit SCD reconhece, as seguintes receitas:

- Receitas de Intermediação Financeira – correspondentes aos juros cobrados nas operações de crédito ativas, rendimento de aplicações financeiras e valorização dos títulos para negociação; e
- Receitas Operacionais – correspondentes a Tarifa de Abertura de Cadastro (TAC) e Outras Receitas Operacionais (vide nota explicativa 12);

e.2) Despesas Administrativas. As mais significativas são:

- Despesas com pessoal – salários e benefícios pagos a empregados. Todas as despesas são de curto prazo e não há despesas com incentivos de longo prazo. Despesas com pessoal são reconhecidas através de provisões;
- Despesas com processamento de dados – despesas com o parque tecnológico da Companhia;
- Despesas com Serviços de Terceiros – decorrentes da tomada de serviços de terceiros de diversas naturezas envolvidas na Administração e prestação do serviço; e
- Despesas tributárias – decorrentes do recolhimento de impostos diversos incidentes sobre a operação.

f) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Credifit SCD é optante pelo Regime de Tributação de Lucro Real, e neste segundo semestre, não constituiu ativos tributários diferidos decorrentes do pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social.

3. Disponibilidades – Caixa e equivalentes de caixa

Bancos conta movimento:

	<u>31/12/2020</u>
Caixa Econômica Federal – agência 4112 conta corrente. 2991-7	1.453
Banco Santander S/A – agência 2271 conta corrente. 13-023453-7	<u>190</u>
	<u>1.643</u>



4. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	<u>31/12/2020</u>
IRPJ a recolher	6
CSLL a recolher	3
INSS a recolher	1
COFINS a recolher	3
PIS a recolher	1
ISS a recolher	<u>1</u>
	<u>15</u>

5. Patrimônio líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.600.000 (um milhão e seiscentos mil reais) e está representado por 1.600.000 de ações ordinárias, todas nominativas, totalmente integralizadas por acionistas no País.

A Credifit SCD foi constituída com capital social de R\$ 1.600 (um milhão e seiscentos mil reais), atendendo aos limites de capital mínimo exigidos pelo Bacen.

5.1 Destinações do lucro

O estatuto social determina que do lucro líquido apurado em cada balanço anual, serão destinados:

- a) 5% à constituição de reserva legal até o limite de 20% do capital social.
- b) Pagamento de dividendos aos acionistas de no mínimo 25%.
- c) O saldo, se houver, após as deduções acima serão destinados à reservas estatutárias, visando assegurar a manutenção de adequadas condições operacionais da Sociedade, devendo seu saldo ser utilizado para: (i) absorção do prejuízo, sempre que necessário; (ii) distribuição de dividendos a qualquer momento; (iii) aumento do capital social.

6. Receitas da intermediação financeira

	<u>31/12/2020</u>
Operações de crédito	<u>37</u>
	<u>37</u>

Rendas de Operações de Crédito correspondem aos juros cobrados nas operações de crédito efetuadas pela Companhia.

7. Receitas de Prestação de serviços

	<u>31/12/2020</u>
Tarifa com Abertura de Crédito - TAC	<u>20</u>
	<u>20</u>

Receitas de prestação de serviços refere-se a tarifas de abertura de crédito que correspondem ao valor único cobrado pela Companhia na abertura de uma operação de crédito.



8. Despesa de Pessoal

	<u>31/12/2020</u>
Benefícios – Programa Alimentação ao trabalhador - PAT	1
Previdência Social - INSS	1
Salários	<u>2</u>
	<u>4</u>

9. Outras despesas Administrativas

	<u>31/12/2020</u>
Com processamento de dados	4
Com serviços técnicos especializados	5
Emolumentos judiciais e cartórios	<u>1</u>
	<u>10</u>

Despesas com serviços técnicos especializados e com processamento de dados, correspondem a prestadores diversos necessários para a prestação do serviço e administração da Companhia.

10. Despesa tributárias

	<u>31/12/2020</u>
Taxa de fiscalização e funcionamento	1
ISS	1
Pis	1
Cofins	<u>3</u>
	<u>6</u>

Despesas tributárias correspondem basicamente a tributos diretos incidentes sobre as receitas da atividade da Companhia.

11. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

Durante o período de 04 novembro e 31 de dezembro de 2020, a Companhia foi optante pelo lucro real, aplicando as alíquotas de 15% para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, aplicadas sobre o Lucro fiscal de R\$ 37.504,48.

Durante o exercício não houve incidência de adicional de 10% no cálculo do imposto de renda pois a Companhia não atingiu o limite de lucro bruto mensal de R\$20.000.

12. Estrutura de gerenciamento de riscos

As Sociedades de Crédito Direto – SCD, estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade da Sociedade. De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco



operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade.

13. Instrumentos financeiros derivativos

Ao longo do exercício de 2020, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

14. Demanda judiciais

A Administração não tem conhecimento de demandas judiciais ou extrajudiciais em face da Companhia.

15. Outros assuntos – Pandemia gerada pela COVID-19

Nos primeiros meses de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Esse evento acabou afetando a economia mundial e brasileira e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras.

Nesse momento, a administração da Sociedade ainda não pode mensurar com alguma precisão os efeitos em seus negócios decorrentes da propagação da nova doença COVID-19.

* * *